



Universidade de Brasília (UnB)  
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE)  
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)  
Bacharelado em Ciências Contábeis

**Lucas Loureiro Ferreira de Araújo**

**ANÁLISE DA ADOÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE  
PELAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**Brasília, DF**

2016

Professor Doutor Ivan Marques de Toledo Camargo  
Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Mauro Luiz Rabelo  
Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutor Roberto de Góes Ellery Júnior  
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Professor Doutor José Antônio de França  
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor Jomar Miranda Rodrigues  
Coordenadora de Graduação do curso de Ciências Contábeis - diurno

Professor Mestre Elivânio Geraldo de Andrade  
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - noturno

Lucas Loureiro Ferreira de Araújo

ANÁLISE DA ADOÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE  
PELAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador:

Prof. Mestre Rubens Peres Forster

Brasília, DF

2016

ARAÚJO, Lucas Loureiro Ferreira de

Análise da Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte / Lucas Loureiro Ferreira de Araújo. - Brasília, 2016.

p. 26

Artigo científico (graduação) – Universidade de Brasília, 2016.

Orientador: Prof. Me Rubens Peres Forster.

Impresso por computador.

1. ITG 1000. 2. Normas Internacionais. 3. Microempresa. I. Forster, Rubens Peres. II. Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília. III. Título.

Lucas Loureiro Ferreira de Araújo

ANÁLISE DA ADOÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE  
PELAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) defendido e aprovado no Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, avaliado pela seguinte comissão examinadora:

Prof. Mestre Rubens Peres Forster  
Orientador  
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais  
Universidade Brasília (UnB)

Prof. Mestre Elivânio Geraldo de Andrade  
Examinador  
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais  
Universidade Brasília (UnB)

Brasília, 02 de Dezembro de 2016.

Ao meu avô paterno, José Firmo de Araújo, que faleceu em outubro deste ano.

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais, Edson e Cleide, que possibilitaram que eu chegasse a universidade, que me apoiam e sempre estão ao meu lado, independente da situação. Agradeço ao convívio e ensinamentos que me deram, que foram os primordiais para moldar meu caráter e me tornar a pessoa que sou.

À minha irmã, Lorena, que é a minha melhor amiga e confidente, sempre soube de todas as dificuldades que passei e estava lá me encorajando.

Aos meus amigos que sempre me apoiaram a crescer e que também me deram força e inspiração para concluir mais essa etapa da minha vida.

Ao meu orientador que tornou possível a realização deste trabalho.

Às demais pessoas que passaram pela minha vida durante esse período de graduação e que de alguma forma acrescentaram algo em minha vida.

*“Quem olha para fora, sonha; quem olha para dentro, desperta.”*

**Carl Gustav Jung**



# ANÁLISE DA ADOÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE PELAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

## RESUMO

A partir de 2008, com a promulgação da Lei 11.638/07, o Brasil passou a adotar as Normas Internacionais de Contabilidade. A convergência das normas brasileiras de contabilidade com as normas internacionais fez surgir a necessidade de uma lei que normatizasse os procedimentos contábeis para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, foi criada então a ITG 1000 que normatiza a escrituração contábil dessas empresas. O objetivo geral desse artigo é verificar quais foram as alterações trazidas pela ITG 1000, e qual a percepção dos profissionais contábeis sobre os benefícios dessas alterações para a contabilidade gerencial. A pesquisa foi realizada por meio de questionário que foi aplicado a profissionais de contabilidade. Esta pesquisa mostra que os entrevistados possuem conhecimento limitado acerca da norma, e que não possuem uma posição definida sobre os benefícios causados pelas alterações da mesma. Entretanto os profissionais contábeis concordam que é necessária a adoção de procedimentos adequados ao perfil das microempresas e empresas de pequeno porte. Conclui-se que a amostra pesquisada não contém profissionais que realizam cursos frequentemente, o que prejudica a elaboração e divulgação das informações das Micro e Pequenas Empresas.

**Palavras-chaves:** *ITG 1000, normas internacionais, microempresa, empresa de pequeno porte.*

## ABSTRACT

From 2008, with the enactment of Law 11.638/07, Brazil adopt the International Accounting Standards. The convergence of Brazilian accounting standards with the international standards, led to the need for a law to regulate accounting procedures for microenterprises and small-sized companies, so the ITG 1000 was created to regulate the bookkeeping of these companies. The general objective of this article is to verify what changes was brought by the ITG 1000, and how the accounting professional perceived the benefits of these changes to the management accounting. The research was performed through a questionnaire that was applied to accounting professional. This research shows that the interviewees have limited knowledge about the standard, and they don't have a defined position about the benefits caused by the changes. However, accounting professionals agree that it is necessary to adopt procedures that are appropriate to the profile of microenterprises and small-sized companies. It is concluded that the sample surveyed does not contain professional who take courses frequently, which impairs the elaboration and dissemination of information from Micro and Small Enterprises.

**Keywords:** *ITG 1000, international standards, microenterprises, small-sized companies.*

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 – Grau de escolaridade.

Gráfico 2 – Tempo de atuação na área contábil.

Gráfico 3 – Tempo de atuação no mercado.

Gráfico 4 – Quantidade de funcionários.

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Tempo desde a última atualização.

Tabela 2 – Quantidade de ME's e EPP's no portfólio de clientes.

Tabela 3 – Percepção dos profissionais (Média).

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>15</b>
<b>2.1</b>	<b>Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.....</b>	<b>15</b>
<b>2.2</b>	<b>O processo de Convergência das Normas Contábeis ao Padrão Internacional....</b>	<b>15</b>
<b>2.3</b>	<b>CPC – Pequenas e Médias empresas – PMEs.....</b>	<b>17</b>
<b>2.4</b>	<b>Interpretação Técnica Geral – ITG 1000 – Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.....</b>	<b>18</b>
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>19</b>
<b>4</b>	<b>RESULTADOS, ANÁLISES E DISCUSSÃO .....</b>	<b>20</b>
<b>4.1</b>	<b>Perfil dos Respondentes.....</b>	<b>20</b>
<b>4.2</b>	<b>Características das Empresas .....</b>	<b>21</b>
<b>4.3</b>	<b>Percepção dos profissionais da área contábil .....</b>	<b>24</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>26</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Diante das grandes mudanças ocorridas no cenário econômico mundial, a contabilidade no Brasil adaptou-se à economia globalizada e o aumento nos investimentos estrangeiros, tendo que adequar as normas contábeis brasileiras às Normas Internacionais de Contabilidade, ou as IFRS.

Niyama (2009) afirma que a Contabilidade é considerada a linguagem dos negócios e, diante dos mercados globalizados, sua importância ultrapassou as fronteiras domésticas, passando a servir de subsídio a tomada de decisão em nível internacional. Entretanto essa linguagem, é divergente entre os países, uma vez que cada país adota práticas contábeis próprias e diferentes entre si.

Com o processo de convergência das normas internacionais, buscou-se uma consonância que segundo Guimarães et al. (2011 *apud* Villella, 2007), pode ser entendida como o processo que visa à adoção de um acordo entre os padrões, mediante um conjunto de princípios, sem deixar de lado as particularidades de cada país.

Com a Lei 11.638/07 teve início o processo de convergência aos padrões internacionais de contabilidade no Brasil, esta Lei inseriu importantes modificações na Lei 6.404/76, extinguindo algumas regras que impediam a adoção das normas internacionais dando autonomia ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis e possibilitando que fosse o órgão responsável pela emissão de pronunciamentos e normas contábeis que norteiam as práticas contábeis no Brasil.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis foi criado pela Resolução CFC nº 1.055/05 com o objetivo *de estudar, preparar e emitir Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos contábeis e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.*

Os pronunciamentos não se limitaram as grandes empresas, uma vez que no Brasil a maioria das empresas são de médio ou pequeno porte, Baseado no The International Financial Reporting Standard for Small and Medium-sized Entities (IFRS for SMEs), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) divulgou em dezembro de 2009, o Pronunciamento Técnico para Pequenas e Médias Empresas (PMEs), que trata da adoção das normas internacionais de contabilidade às empresas de pequeno e médio porte, a NBC TG 1000.

Com as significativas mudanças trazidas pela NBC TG 1000, a prática contábil teve que se adaptar as mudanças e adotar uma linguagem mundial, porém sua aplicabilidade nas microempresas e empresas de pequeno porte ficou prejudicada uma vez que várias seções da norma estabelecem transações incomuns nas empresas dos referidos portes. Baseado nessa fragilidade foi aprovada, pela Resolução CFC nº 1.418/2012, a ITG 1000, com o objetivo de propiciar um tratamento diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte, visando a simplificação da escrituração e da geração de demonstrações contábeis, levando em consideração a realidade quanto ao porte, volume de negócios e de transações realizadas por esse conjunto de entidades.

Considerando que a referida norma não obriga as microempresa e empresas de pequeno porte a adotar seus requisitos, podendo continuar a adotar os requisitos da NBC TG 1000, o estudo traz a seguinte questão: *qual a percepção dos profissionais de contabilidade sobre os benefícios para a gestão de microempresas e empresas de pequeno porte com as mudanças nas Normas Brasileiras de Contabilidade?*

Para tratar essas questões, tem-se como objetivo geral verificar quais foram as alterações trazidas pela ITG 1000, e quais os benefícios dessas alterações para a contabilidade gerencial.

A escolha do referido tema se deu pela sua importância para os profissionais da área, por se tratar de um assunto contemporâneo e pela relevância dessa categoria de empresas na economia nacional.

Além desta introdução o presente trabalho possui mais quatro seções. Na segunda seção é apresentada a evolução da convergência das normas contábeis brasileiras ao padrão internacional, histórico recente da normatização aplicada as microempresas e empresas de pequeno porte, caracterização das microempresas e empresas de pequeno porte. A terceira seção descreve o proceder metodológico; a quarta expõe a análise e discussão dos dados. Encerrando o trabalho, a quinta seção traz as conclusões e considerações finais, além de propor sugestões para o desenvolvimento de novas pesquisas.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Microempresa e Empresa de Pequeno Porte**

Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), no Brasil existem 6,4 milhões de estabelecimentos desse total, 99% são micro e pequenas empresas (MPEs). As MPEs respondem por 52% dos empregos com carteira assinada no setor privado.

As Micro e Pequenas Empresas podem ser classificadas conforme duas formas alternativas: conforme seu faturamento bruto anual ou o número de empregados.

O critério de classificação de porte das empresas utilizado pelo Estatuto das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte é o que foi definido nos incisos I e II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06:

Art. 3º. Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I – no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e

II – no caso da empresa de pequeno porte, aufera em cada ano-calendário, receita bruta superior a 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 ( três milhões e seiscentos mil reais).

O SEBRAE utiliza além do critério do faturamento bruto anual, conforme Lei Complementar nº 123/06, o critério do número de empregados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para classificação do porte das empresas. Comércio e Serviços: Microempresa até 9; Pequena Empresa de 10 a 49 empregados. Indústria: Microempresa até 19; Pequena Empresa de 20 a 99 empregados.

### **2.2 O processo de Convergência das Normas Contábeis ao Padrão Internacional**

Segundo Niyama (2009), a contabilidade, por ser uma ciência social aplicada, é fortemente influenciada pelo ambiente em que atua. De uma forma geral, valores culturais, tradição histórica, estrutura política, econômica e social acabam refletindo nas práticas



contábeis de uma nação e, conseqüentemente, a evolução das mesmas pode estar vinculada ao nível de desenvolvimento econômico de cada país.

As mudanças ocorridas na conjuntura econômica e financeira mundial, a globalização dos mercados, a proliferação de multinacionais, trouxe a tona a crescente necessidade de uma harmonização na contabilidade de forma internacional, que tornasse as informações contábeis mais transparentes e compreensíveis para os diferentes usuários dessa informação espalhados pelo mundo, permitindo assim uma maior comparabilidade e análise das demonstrações contábeis.

De acordo com Silva (2009), a busca pela convergência contábil no Brasil foi iniciada no governo Collor, processo estimulado pela rápida abertura de mercados internacionais, especialmente no que se refere aos mercados financeiros, que começaram a captar um novo volume de investimentos estrangeiros. Devido a esta abertura dos mercados domésticos, no contexto de uma acelerada globalização econômica, parecia cada vez mais importante a utilização de uma mesma linguagem no universo contábil.

O Conselho Federal de Contabilidade criou, em 2005, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), a partir da Resolução CFC 1.055/05. O CPC é um comitê autônomo que surgiu a partir da união de esforços das seguintes entidades: Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA), Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC), Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) e Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON).

*Criado pela Resolução CFC nº 1.055/05, o CPC tem como objetivo "o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais".*

A implementação das Normas Internacionais de Contabilidade, as IFRS, emitidas pelo IASB começou a ocorrer em 2008, após a promulgação da Lei nº 11.638/07. Desde então o CPC emitiu 46 pronunciamentos técnicos gerais e o pronunciamento CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas com Glossário de Termos. Para quase todos os CPC's emitidos existe correlação com as IFRS, sendo praticamente uma tradução das IFRS.

Jinzenji (2008) afirmou que a aplicação das normas não seria restrita às companhias e empresas de grande porte, apesar de estar direcionada a elas, uma vez que as pequenas e médias empresas predominam na economia brasileira, e, desse modo, se torna necessário também desenvolver a convergência para alcançá-las. Validando tal previsão foi emitido o “CPC PME”, direcionado às pequenas e médias empresas.

### **2.3 CPC – Pequenas e Médias empresas – PMEs**

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis divulgou em 2009, o Pronunciamento Técnico para pequenas e médias empresas (PMEs), que trata da adoção das normas internacionais de contabilidade para as empresas de pequeno e médio porte brasileiras, baseado no The International Financial Reporting Standard for Small and Medium-sized Entities (IFRS for SMEs). Este pronunciamento passou a ser Norma Técnica (NBC TG 1000) quando aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade através da Resolução CFC nº 1.255/09.

Conforme o CPC as pequenas e médias empresas que não sejam constituídas sob a forma de sociedade por ações e que não tenham obrigação pública de prestação de contas, são obrigadas a adotar as normas simplificadas para as PMEs, que segue o conjunto completo de princípios do CPC Geral, mas sua aplicação é muito mais simples. Conforme apontam Relvas, Bertolhini e Segato (2011), o CPC – PME é:

Um conjunto completo de princípios e normas contábeis e a aplicação dessas normas são muito mais simples se comparadas com o CPC Pleno. A Aplicação do CPC PME pode ser feita somente por empresas que não têm obrigação pública de prestação de contas, independente de sua forma jurídica (Ltda, S.A. etc.)

A NBC TG 1000 possui 35 seções que definem o tratamento contábil para diversos tipos de eventos. Entretanto, muitas seções tratam de eventos e transações que usualmente não costumam ocorrer nas microempresas e empresas de pequeno porte brasileiras. Levando em consideração a realidade, volume de negócios e transações usualmente realizadas por essas empresas, o CFC elaborou a ITG 1000, aprovada pela Resolução CFC No. 1,418/12, com o objetivo de criar um tratamento diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte, visando a adequação e simplificação da escrituração e geração de demonstrações contábeis

O Fórum Permanente das microempresas e empresas de pequeno porte (2007, p. 7) afirma que:

As microempresas e empresas de pequeno porte têm características específicas que as distinguem de organizações maiores. Conhecer e compreender tais características é fundamental para oferecer a elas o apoio adequado, a partir da formulação de políticas, programas e ações que efetivamente estejam direcionadas ao segmento.

## **2.4 Interpretação Técnica Geral – ITG 1000 – Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**

De acordo com ITG 1000 a sua adoção é opcional, e as empresas que assim decidirem podem continuar adotando a NBC TG 1000; para adotar a ITG 1000 as empresas devem se enquadrar nos critérios utilizados no Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, conforme Lei Complementar nº 123/06.

Fica permitido que os lançamentos contábeis no Livro Diário sejam feitos ao final de cada mês, desde que tenham como suporte os livros ou outros registros auxiliares escriturados em conformidade com a ITG 2000 - Escrituração Contábil, aprovada pela Resolução CFC nº 1.330/2011.

Tendo em vista a fragilidade do controle interno das microempresas e empresas de pequeno porte e das dificuldades de um fluxo regular de informações e documentações para a tempestiva e uniforme escrituração contábil e elaboração das Demonstrações Contábeis, foi criada a Carta de Responsabilidade que tem por objetivo distinguir as responsabilidades dos profissionais contábeis da dos administradores, salvaguardando o profissional contábil e delimitando a responsabilidade solidária prevista no Código Civil.

A ITG 1000 estabelece que as microempresas e empresas de pequeno porte devem elaborar e divulgar um conjunto mínimo de demonstrações contábeis (balanço patrimonial, demonstração do resultado), além de sugerir um plano de contas simplificado. A norma exige a apresentação de um conjunto mínimo de notas explicativas e que as demonstrações sejam comparativas com o período anterior.

Ressalta-se que o CFC estimula a elaboração e divulgação do conjunto completo de Demonstrações Contábeis, conforme item 27 da ITG 1000.

A norma apresenta conteúdo orientativo sobre os ativos que devem ser depreciados, recomendando a adoção do método linear para o cálculo, por ser o método mais simples.

### 3 METODOLOGIA

Considerando o objetivo geral da pesquisa, que é verificar quais foram as alterações trazidas pela ITG 1000, e quais os benefícios dessas alterações para a contabilidade gerencial, foi elaborado e aplicado um questionário para coleta de dados.

O questionário utilizado para coleta de dados foi do tipo estruturado não disfarçado, onde o objetivo da pesquisa está claro para o entrevistado, com predominância de questões fechadas. A fonte de dados utilizada foi primária, visto que as informações foram coletadas diretamente em sua origem, através da resposta dos pesquisados. A pesquisa foi realizada com escritórios de contabilidade atuantes no mercado, e que possuíam em seu portfólio microempresas e empresas de pequeno porte. A amostra, por conveniência, foi composta de empresas sediadas no Distrito Federal. Para composição da amostra foram selecionadas 50 empresas de forma aleatória.

A aplicação dos questionários ocorreu no mês de Outubro de 2016. A identidade dos entrevistados foi tratada de forma sigilosa, e o acesso aos resultados da pesquisa foi opcional. Foram aplicados um total de 50 questionários, sendo que 34 foram respondidos.

O questionário foi subdividido em três partes. A primeira parte do questionário tinha como objetivo identificar as características do respondente como: gênero, idade, função, escolaridade, tempo de atuação na área e quando realizou o último curso de atualização. A segunda parte visa identificar as características da empresa na qual o profissional trabalha como: tempo de existência, número de funcionário e portfólio de clientes. Nas duas primeiras partes o questionário foi constituído de questões fechadas, mistas e de múltipla escolha. Na terceira parte do questionário foi elaborado um quadro que contava com 10 afirmativas relacionadas ao objetivo da pesquisa, escalonadas de 0 a 5, onde zero corresponde a discordo totalmente e cinco concordo totalmente. Foram utilizados seis itens na escala para forçar o entrevistado a se posicionar de forma positiva ou negativa evitando a opção central ou indiferente.

Para análise dos dados coletados foram elaboradas planilhas no Excel e levou-se em consideração a média simples das respostas dos questionários. As respostas em percentual foram arredondadas para uma percepção mais clara do resultado.

## 4 RESULTADOS, ANÁLISES E DISCUSSÃO

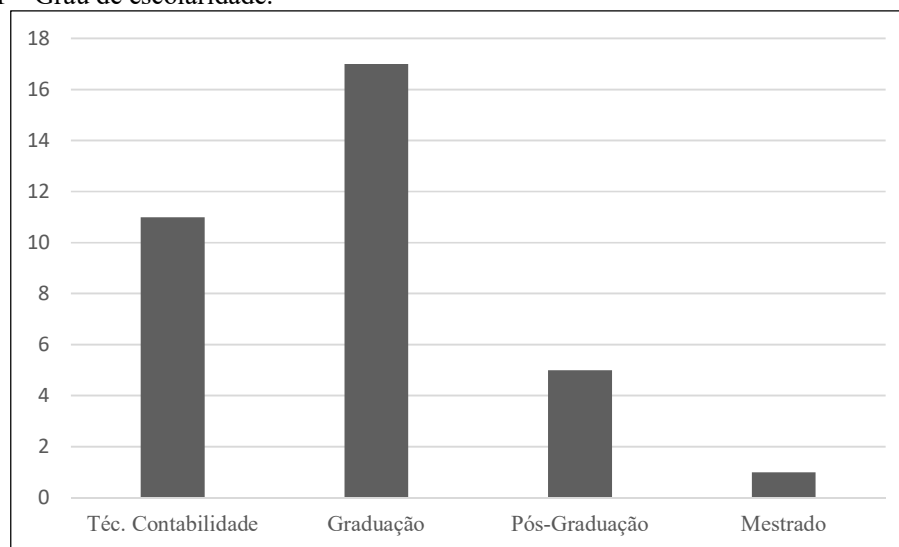
O questionário foi dividido em três partes: perfil dos respondentes, características das empresas e opinião dos contabilistas quanto as mudanças propostas pela Interpretação Técnica Geral (ITG) 1000.

### 4.1 Perfil dos Respondentes

Na análise do perfil dos respondentes, observou-se a predominância dos homens, na proporção de 79% de homens e 21% de mulheres. Em relação a faixa etária dos respondentes, 44% dos entrevistados possuem mais de 40 anos. Analisando a função ocupada pelo respondente pôde-se perceber que das 34 respostas obtidas, 19 (56%) foram dos sócios/proprietários da empresa.

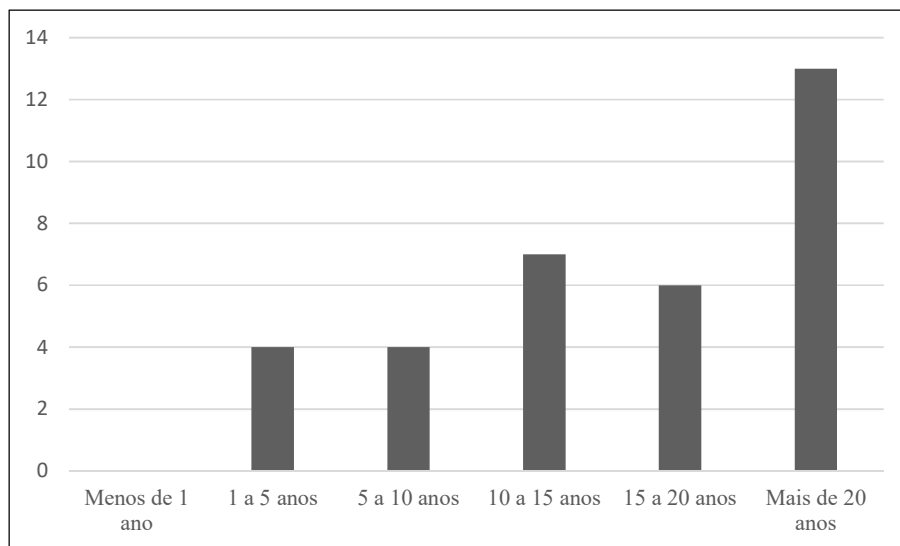
Ao avaliar o grau de escolaridade dos contabilistas respondentes verificou-se que 68% possuem pelo menos a graduação.

**Gráfico 1** – Grau de escolaridade.



Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Outra consideração em relação ao perfil dos respondentes refere-se ao tempo de atuação na área contábil, 38% trabalha a mais de 20 anos na área contábil.

**Gráfico 2** – Tempo de atuação na área contábil.

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Relacionada à realização de cursos de atualização na área contábil, percebe-se que 82% dos entrevistados não realizou curso há pelo menos 3 meses, conforme Tabela 01. Levando em consideração que as instituições privadas, como o CRC-DF e o SESCON-DF, realizam de forma constante cursos e palestras, infere-se que os profissionais mantêm-se atualizados de outras maneiras, como, por exemplo, a leitura de periódicos específicos da área, boletins informativos e outros.

**Tabela 1** – Tempo desde a última atualização

Tempo	Frequência	Percentual (%)
Menos de 1 mês	2	6%
1 a 3 meses	4	12%
3 a 6 meses	9	26%
6 a 12 meses	8	24%
Mais de 1 ano	11	32%

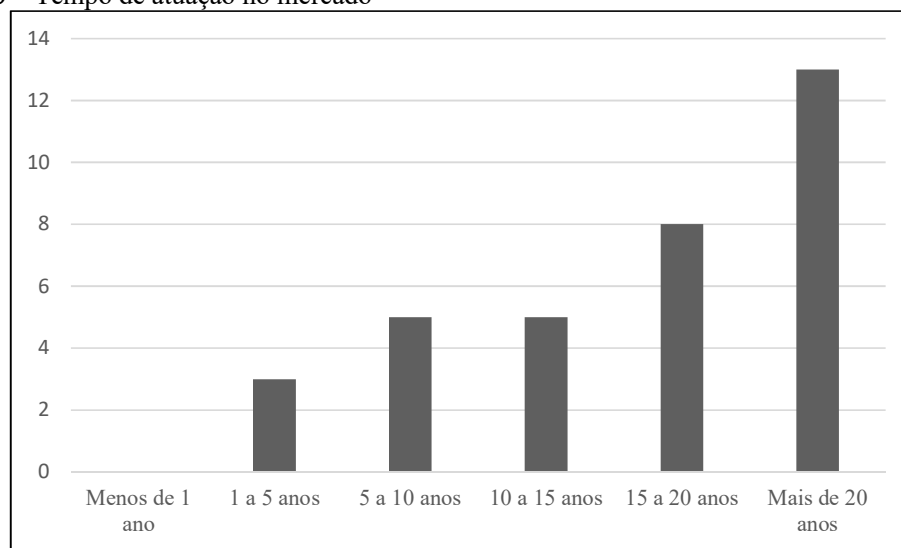
Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

## 4.2 Características das Empresas

Nessa parte do questionário as perguntas foram direcionadas com o intuito de caracterizar as empresas e identificar os seus principais clientes.

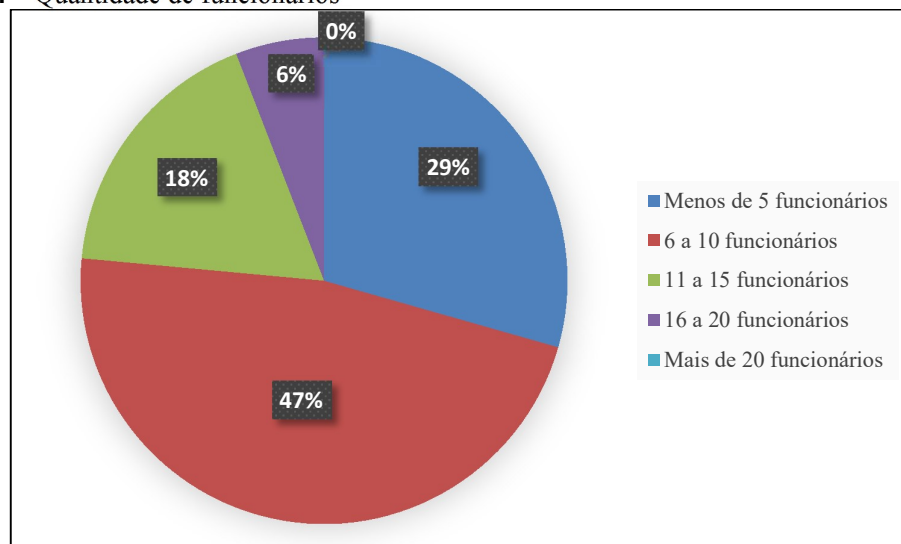
Inicialmente, foi questionado sobre o tempo de atuação da empresa no mercado, dentre os respondentes, 38% responderam que a organização está no mercado há mais de 20 anos. Entre 15 e 20 anos a pesquisa apontou 24% dos respondentes, entre 10 e 15 anos, apontou 15%, assim como entre 5 e 10 anos que também teve 15% dos respondentes. Entre 1 e 5 anos apontou 9% dos respondentes. Nenhuma empresa respondente possui menos de um ano de atuação. Os resultados estão representados no Gráfico 3.

**Gráfico 3** – Tempo de atuação no mercado



Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Ao analisar o quadro de funcionários da empresa, a pesquisa revelou que a minoria das empresas possui em seu quadro funcional mais de 10 funcionários, sendo que nenhuma empresa possui mais de 20 funcionários, duas empresas possuem entre 16 e 20 funcionários e seis entre 11 e 15. A grande maioria, 76% possui em seu quadro funcional até 10 funcionários, onde dezesseis empresas têm entre 6 e 10 funcionários e possuem menos de 5 funcionários. A partir dos resultados e baseado nos parâmetros utilizados para dimensionar o porte da empresa adotado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), infere-se que a pesquisa atingiu uma faixa variada de tamanho de empresas.

**Gráfico 4 – Quantidade de funcionários**

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

A duas últimas questões da segunda parte do questionário estavam relacionadas ao número de clientes ativos do escritório. Os resultados coletados mostraram que 71% das empresas possuem em seu portfólio de clientes mais de 30 clientes, 18% entre 26 e 30, 7% de 21 a 25 e 4% de 16 a 20 clientes ativos. Nenhuma empresa declarou ter menos de 10 clientes ou ter entre 11 e 15 clientes.

Como o foco da pesquisa são as microempresas e empresas de pequeno porte, foi questionada qual a quantidade de clientes da carteira faziam parte desses grupos de empresas, o resultado da análise consta na Tabela 02.

**Tabela 2 – Quantidade de ME's e EPP's no portfólio de clientes**

Empresas	Frequência	Percentual (%)
Até 10 empresas	7	21%
10 a 15 empresas	4	12%
16 a 20 empresas	3	9%
21 a 25 empresas	5	15%
26 a 30 empresas	6	18%
Mais de 30 empresas	9	26%

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Considerando o número de clientes ativos das empresas, a pesquisa mostrou resultados bem distribuídos, infere-se que a pesquisa avaliou empresas que não possuem tantos clientes



classificados como ME ou EPP, mas também avaliou empresas que possuem grande parte de seus clientes com essa classificação.

### 4.3 Percepção dos profissionais da área contábil

Na terceira parte do questionário foram feitas 10 afirmativas, após a coleta de dados, foi elaborada a Tabela 03 que mostra as médias obtidas em cada uma delas.

**Tabela 3** – Percepção dos profissionais (Média)

Afirmativa	Média
É dever do profissional contábil estar atualizado com as legislações vigentes.	4,96
É indispensável ao profissional que realiza escrituração contábil participar de cursos de atualização e capacitação regularmente.	4,23
O CRC-DF promove cursos de atualização e capacitação regularmente.	3,46
O cliente é o principal foco dos serviços contábeis prestados.	4,64
Além da escrituração contábil o contabilista deve prestar outros serviços para seus clientes.	4,57
A convergência das normas brasileiras com as normas internacionais trouxe mais confiança e transparência às demonstrações contábeis.	4,55
A ITG 1000 contribuiu para a melhoria da qualidade da informação contábil.	3,96
A ITG 1000 tornou a escrituração contábil adequada as microempresas e empresas de pequeno porte.	4,18
A distinção de responsabilidade obtida com a Carta de Responsabilidade salvaguarda o contador.	3,79
A ITG 1000 está sendo aplicada integralmente na escrituração contábil dos meus clientes.	3,68

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

A partir da Tabela 3, que mostra as afirmativas feitas no questionário, pode-se inferir que as três primeiras afirmativas tinham como objetivo checar a percepção dos profissionais quanto a necessidade de realização de cursos e se o órgão regulador da profissão promove esses cursos de forma regular. O que se pode perceber é que de uma forma geral os profissionais consideram a atualização profissional um dever do contador, sendo indispensável para os profissionais responsáveis pela escrituração contábil. Entretanto, de acordo com os respondentes existe alguma defasagem por parte do CRC-DF em promover e/ou divulgar esses cursos para os profissionais de contabilidade.

A quarta afirmativa destinava a avaliar qual a opinião dos contabilistas quanto ao foco dos serviços contábeis, com uma média de 4,64, os respondentes concordam totalmente que o foco deve ser o cliente.

Ao analisar a quinta afirmativa, percebe-se uma preocupação entre os profissionais em prestar um serviço mais completo, desenvolvendo informações mais úteis para o desenvolvimento da empresa.

Com uma média de 4,55, os profissionais de contabilidade concordam que as mudanças ocorridas com a convergência das normas brasileiras às normas internacionais trouxeram maior confiança e transparência, o que propicia informações mais claras para os usuários da informação.

As afirmativas sete e oito tratam diretamente da ITG 1000, e os profissionais acham que a interpretação contribuiu para uma melhor qualidade na informação contábil e que a escrituração se tornou mais adequada as microempresas e empresas de pequeno porte.

Um dos maiores avanços que a ITG 1000 trouxe foi a distinção de responsabilidade dos profissionais de contabilidade e dos administradores, entretanto os entrevistados, com uma média de 3,79 de concordância, demonstram não concordar com essa distinção, infere-se que por falta de conhecimento ou aplicabilidade da norma os mesmo ainda não veem o contador salvaguardado.

A última afirmativa buscava analisar se a ITG estava sendo aplicada e qual o nível dessa aplicação dentro dos escritórios de contabilidade. Com uma média de 3,68 pode-se inferir que os profissionais estão aplicando a norma, porém não de forma integral, um dos motivos pode ser o fato de não possuírem total domínio e/ou conhecimento da norma.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos resultados obtidos e na análise realizada, os profissionais de contabilidade acreditam que as mudanças propostas pela ITG 1000 trouxeram benefícios para a contabilidade gerencial, tornando a informação contábil mais adequada as necessidades das microempresas e empresas de pequeno porte.

Nos resultados pode-se perceber a preocupação do profissional de contabilidade em manter-se atualizado para melhor desempenhar suas funções. Entretanto, na opinião dos entrevistados o CRC não promove cursos de forma constante.

Observa-se também que, o profissional contábil está focado na satisfação do cliente, e que diante da evolução da profissão estão buscando cada vez mais oferecer serviços diferenciados, buscando atender a todas as demandas e necessidades dos clientes.

De uma forma geral percebe-se que os entrevistados possuíam conhecimento sobre suas reais mudanças, de forma que as opiniões foram positivas sobre a adequação da norma à realidade das microempresas e empresas de pequeno porte. Principalmente com a necessidade da adoção das normas internacionais adaptadas as necessidades das MEs e as EPPs.

Entre os entrevistados ficou claro de que a ITG 1000 está sendo aplicada na escrituração de seus clientes, porém não de forma integral.

Todo processo de mudança na escrituração contábil, demanda tempo para a completa assimilação dos usuários e percepção dos impactos decorrentes da adoção da nova regra, como sugestão de novos estudos, sugere-se que no futuro seja realizada uma pesquisa para mensurar os benefícios trazidos.

Uma sugestão para futuros trabalhos é a expansão da pesquisa para outros estados da federação, outro tema relevante é a análise dos cursos realizados pelos contabilistas, a título de capacitação nos últimos 12 meses.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei Complementar nº 123**, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp123.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm)>. Acesso em: 21 set. 2016.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução nº 1.055**, de 24 de maio de 2005. Cria o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2005/001055](http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2005/001055)>. Acesso em: 21 set. 2016.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução nº 1.418**, de 5 de dezembro de 2012. Aprova a ITG 1000 – Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. Disponível em: <[http://www.sindcontsp.org.br/uploads/acervo/arquivos/RES\\_1418%20-%2002.07.pdf](http://www.sindcontsp.org.br/uploads/acervo/arquivos/RES_1418%20-%2002.07.pdf)>. Acesso em: 21 set. 2016.
- FÓRUM PERMANENTE DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE. **Desenvolvimento Tecnológico e Inovação nas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte: Fatores de Influência**. Disponível em: <[http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl\\_1202923119.pdf](http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1202923119.pdf)> Acesso em: 21 set. 2016.
- GUIMARÃES, L. M. et al.** O profissional contábil diante da convergência das normas contábeis: análise da preparação desse profissional nos processos organizacionais. In: VIII SEGET – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2011, Resende-RJ. Anais... Resende-RJ: 19 a 22 de outubro de 2011. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/artigos11/34414349.pdf>. Acesso em: 21 set. 2016.
- JINZENJI, N. M.** Lei nº 11.638/07, a nova lei contábil. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, n. 169, p. 7-9, janeiro/fevereiro 2008.
- NIYAMA, J. K.** Contabilidade Internacional. 1. ed. 7. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.
- SILVA, E.P.** O impacto da adoção das normas contábeis internacionais no ensino superior de Contabilidade, segundo a percepção dos docentes. 2009. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

## APÊNDICE A – Questionário de Pesquisa

Caro Participante,

O presente questionário tem o objetivo de avaliar a opinião dos contabilistas quanto as mudanças propostas pela Interpretação Técnica Geral (ITG) 1000 – Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.

Destina-se somente aos profissionais de Contabilidade e está sob responsabilidade de Lucas Loureiro Ferreira de Araújo, aluno do curso de Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, e seu orientador, Prof. Rubens Peres Forster. A presente coleta de dados destina-se a dar subsídios para, a partir dos dados coletados, o aluno elaborar seu Trabalho de Conclusão de Curso.

### IMPORTANTE:

- Os dados obtidos por meio deste questionário serão sigilosos e confidenciais, uma vez que terão tratamento estatístico e, **em hipótese alguma**, os respondentes e as informações serão identificados.
- O tempo de resposta do questionário é de aproximadamente de 10 minutos e agradecemos antecipadamente o tempo despendido.
- A pesquisa tem por objetivo compor o trabalho de conclusão de curso do aluno e no momento em que responder as perguntas estará autorizando o uso das mesmas.
- Caso você responda, estará autorizando o uso das respostas; caso não seja de seu interesse participar da pesquisa basta ignorar a solicitação e devolver o formulário sem nenhum preenchimento.

Agradecemos desde já a sua participação

O trabalho tem previsão de conclusão em novembro e caso queira receber informações da pesquisa deixar o e-mail abaixo:

E-Mail:

---

**QUESTÕES****Perfil do Respondente****1. Sexo:**

- Masculino  
 Feminino

**2. Faixa de idade:**

- Inferior a 25 anos  
 Entre 26 e 30 anos  
 Entre 31 e 35 anos  
 Entre 36 e 40 anos  
 Superior a 40 anos

**3. Função do Entrevistado:**

- Proprietário  
 Sócio  
 Gerente  
 Coordenador/Supervisor  
 Outra: \_\_\_\_\_

**4. Escolaridade do Entrevistado:**

- Técnico em Contabilidade  
 Graduado  
 Pós – Graduado  
 Mestre  
 Doutor

**5. Tempo que Trabalha na Área:**

- Menos de 1 ano  
 Entre 1 e 5 anos  
 Entre 5 e 10 anos  
 Entre 10 e 15 anos  
 Entre 15 e 20 anos  
 Mais de 20 anos

**6. Quando fez o último curso de atualização na área:**

- Menos de 1 mês  
 Entre 1 e 3 meses  
 Entre 3 e 6 meses  
 Entre 6 e 12 meses  
 Mais de 1 ano

**Perfil da Empresa****7. Tempo de Existência da Empresa:**

- Menos de 1 ano



